

ORGANIZAÇÕES SUSTENTÁVEIS: UMA REFLEXÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE E ECOVILAS

Michele Mucio Campani¹

Resumo

Transformações significativas em todas as esferas da existência humana vêm ocorrendo. Ao lado do crescente desenvolvimento tecnológico ocorreu um crescimento significativo da utilização de matérias e energia para sanar as necessidades da sociedade.

A reflexão sobre a temática do desenvolvimento, juntamente com o aumento da pressão exercida pela sociedade sobre o meio, levou ao crescimento da consciência sobre os problemas ambientais gerados por padrões de vida incompatíveis com o processo de regeneração do meio ambiente.

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que se tornou rapidamente uma unanimidade em todos os segmentos da sociedade, ocasionou o aprofundamento da discussão sobre o seu real significado teórico e prático.

Este trabalho busca preencher essa lacuna, através de um levantamento bibliográfico, melhorando a compreensão desse tema complexo que é o desenvolvimento sustentável. Visando buscar algumas práticas no que diz respeito à sustentabilidade, escolhemos estudar as Ecovilas, por ser uma das práticas mais completas no cenário ecológico atual.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável; Ecovilas;

Intrudução

O processo atual de globalização mundial vem sendo considerado cada vez mais como um fenômeno complexo, contraditório e muitas vezes ininteligível. Aparentemente este processo de mundialização demonstra ser unificador e comum a todos, porém a sua complexidade se expressa pelas contradições e conflitos. O

¹ Graduação em Geografia, IGCE/UNESP - Rio Claro. E-mail: michelecampani@hotmail.com

capitalismo marcou a inversão dos meios econômicos em fins, apoiado na produção pela produção, na criação incessante de necessidades visando à acumulação de objetos.

Sendo assim, o mundo contemporâneo é representado por duas imagens que se entrelaçam e se justapõem, uma projeta o progresso tecno-científico dos avanços da globalização econômica, do consumo e da preservação ambiental. A outra retrata a desigualdade social, a falta de acesso aos bens de suprimento essencial, a ausência de políticas compromissadas com a qualidade de vida da maior parte da população.

As suscitações impostas às múltiplas sociedades pela condição atual do mundo demandam respostas que devem se integrar em caminhos diversos. Se de um lado, a partir da Revolução Industrial, temos visto um crescimento exponencial da produção da riqueza material do mundo, através do tripé tecnociência, indústria e mercado, de outro, vemos também o aumento dos desequilíbrios sociais, da degradação ambiental e da perda forte de sentidos coletivistas e comunitários.

Para Leff (2004) o período denominado de modernidade representa a visão mecanicista, unidimensional, simplificadora e fragmentação da razão cartesiana que se converteu no princípio de uma teoria de progresso econômico, cuja racionalidade banuiu a natureza, gerando processo de destruição sócio-cultural e degradação ambiental. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade, para uma compreensão da insustentabilidade ambiental como sintoma da crise da civilização e para construções de futuros possíveis.

“O princípio de sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano”. (LEFF, 2004, p.31)

A sustentabilidade tem aparecido como uma nova ‘bandeira de luta’, como reação social e política à racionalidade econômica. E nesse sentido a sustentabilidade é funcional ao sistema capitalista, pois compõe com a competitividade um duplo movimento contrário e complementar de difícil equilíbrio: de um lado, o movimento expansivo contínuo do mercado (competitividade); e de outro lado, o contra-movimento (sustentabilidade) destinado a frear e regular o mercado. (LEIS, 1995, p.29)

É neste contexto de sustentabilidade como um movimento, que surgem as comunidades sustentáveis (ecovila), e no presente trabalho pretendemos abordar esse tipo de organização como um contra-movimento e sua função no mundo globalizado.

Justificativa

O presente trabalho se propõe a ser exploratório sobre o tema da sustentabilidade em ecovilas. Este estudo exploratório, que tomou como base um caso e um levantamento teórico-conceitual, tem como propósito a verificação e o aprimoramento de um marco de análise para a sustentabilidade em ecovilas.

Nosso cotidiano leva a consumir bens e usar serviços em um ritmo crescente, fruto do modernismo que, de forma diferencial, se impõe com força nos setores sociais abastados e, de maneira tênue, nos despossuídos. O fato de consumir objetos dinamiza a ativa rede de produtores primários, processadores secundários, distribuidores terciários e, em muitos casos, um pujante quaternário, ou terciário superior, atividades todas conhecidas pelo cidadão e comum e são parte da sua rotina. O que se observa na economia de mercado, em que está inserido o Brasil, não são apenas simples perdas naturais, senão esbanjamento e malbarato de insumos e bens finais em quantidades assustadoras e possíveis de diminuir, desde que exista consciência e vontade política para acabar com o desperdício, causador de severos prejuízos para o Estado, para empresários e consumidores. (BERRÍOS, 1993. p. 252)

No espaço geográfico globalizado, não apenas os territórios e as pessoas são unificados por um mercado que já começava a se tornar integrado desde o mercantilismo, mas, por uma rede cibernética de informação, tecnologia e cultura. A obediência à operacionalização da excelência científica unifica as idéias, as redes de comunicação e de transporte materializam os circuitos, o design mimetiza o aparelhamento arquitetônico e instrumental dos territórios e objetos, a automação faz o mundo girar e o consumismo dinamiza os desejos ao tempo que os emudecem. No centro, está o “motor único” da mais-valia, imposto ao sistema financeiro-econômico internacional pelas engenharias da competitividade mundial, lideradas pelas grandes corporações e empresas transnacionais (SANTOS, 2003, p. 29-31).

A cada ano mais de 10 bilhões de toneladas de recursos naturais entram na economia global. Caso todos tivessem o mesmo nível de consumo dos países

industrializados, esse número teria de ser multiplicado por seis, mas não haveriam recursos naturais suficientes. Os países industrializados, com menos de 20% da população já consomem 80% dos recursos. As três pessoas mais ricas do mundo, detêm juntas, ativos equivalentes ao PIB dos 48 países mais pobres, onde vivem 600 milhões de pessoas. As 258 pessoas com ativos superiores a US\$ 1 bilhão detêm juntas o equivalente à renda anual de 45% da humanidade (2,7 bilhões de pessoas). Se o PIB crescer 3% ao ano até 2050, chegará a US\$ 158 trilhões, mas não há recursos e serviços suficientes para sustentar esse crescimento. Vários chefes de governo caracterizam este quadro como ‘apartheid social mundial’. Concluem que existe uma insustentabilidade social, econômica, ambiental e política. (RASSUL, 2005. p. 31)

Com todo esse crescimento e com notória insustentabilidade do mesmo, alguns novos conceitos surgem como forma de tornar esse avanço ordenado e sustentável. As ‘crises’ ambiental, econômica e social colocaram em cheque as noções generalizadoras e progressivas do desenvolvimento e do progresso.

Conceito que se tornou amplamente divulgado foi o de desenvolvimento sustentável, que tem como cerne um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. (ALMEIDA, 2001. p. 20)

Desenvolvimento Sustentável/ Sustentabilidade.

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta data da década de 60, quando foram iniciadas discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente. Iniciaram-se mobilizações que culminaram com a Conferência do Meio Ambiente em Estocolmo (1972), promovida pela ONU e o chamado ‘Clube de Roma’. Em 1973, surge o conceito de ecodesenvolvimento formulado pelo canadense Maurice Strong, consolidado em 1976 por Ignacy Sachs com a proposição de seis princípios básicos: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garantisse emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica a sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento

que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável. (ROSSETTO, 2003. p. 31)

Na tabela abaixo consta os demais eventos e suas principais contribuições para a formação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Ano	Evento	Contribuição
1971	Conferência de Founex (Suíça).	Levanta a importância de integrar o meio ambiente às estratégias de desenvolvimento discutindo os efeitos colaterais sobre o meio ambiente provocados pela atividade agrícola.
1974	Declaração de Cocoyok, das Nações Unidas.	Afirma que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam com aquele quadro com altos índices de consumo.
1975	Relatório Dag-Hammarskjöld – ONU	Afirma que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre a usar outros solos, promovendo a devastação ambiental.
1980	Estratégia de Conservação Mundial – UICN	Neste documento já consta uma seção intitulada “Em direção ao Desenvolvimento Sustentável”, talvez a primeira vez em que o termo sustentabilidade tenha sido usado como um objetivo a ser alcançado.
1987	Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED)	Apresentou documento chamado Our Common Future, mais conhecido como relatório Brundtland, que diz que “Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. O documento demanda crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92	Mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta, muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-econômico e modificações no meio ambiente.

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se rapidamente uma unanimidade em todos os segmentos da sociedade, gerando um aprofundamento da discussão sobre seu real significado teórico e prático.

A sustentabilidade por lidar com paradigmas relativamente recentes nas investigações científica e acadêmicas, ainda carece de uma maior reflexão. Ao contrário

dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados e a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. (ACSEIRAD, apud OLIVEIRA & CENTENO, 2002)

Para tratar as questões epistemológicas, abordaremos a visão multidimensional de Sachs (apud JORGE, 2008), que crê no desenvolvimento sustentável como um modelo dinâmico, identificando cinco dimensões simultâneas: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

“Sustentabilidade social – Entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento e orientado por outra visão do que é a boa sociedade, tendo como objetivo construir uma civilização do ‘ser’. Tal perspectiva, segundo Sachs (1993) refere-se ao estímulo de um desenvolvimento através de crescimento estável, onde exista maior equidade na distribuição do ‘ter’ e da renda, criando predominantemente, uma sociedade com equidade e apta a reduzir o abismo entre o padrão de vida dos mais ricos e dos pobres.

Sustentabilidade econômica - Sua essência somente é possível por meio de alocação e gerenciamento mais eficiente dos recursos e do fluxo de investimentos. Uma condição fundamental para isso é superar as atuais condições decorrentes de uma combinação de fatores negativos: as relações adversas de troca, as barreiras protecionistas ainda existentes nos países industrializados e, finalmente, as limitações do acesso à ciência e à tecnologia. Nessa dimensão existe o reconhecimento de um capital natural que não deve ser tratado independentemente do sistema todo, mas sim como parte integrante e fundamental do mesmo. Conseqüentemente, a eficiência econômica não deve ser tratada apenas como a maximização do lucro e embasada em critérios de rentabilidade empresarial, e sim ser avaliada em termos macro sociais.

Sustentabilidade ecológica ou ambiental: Busca a regulamentação dos meios de produção e padrão de consumos, e tem como principal preocupação os impactos da atividade humana sobre o ambiente. Segundo Sachs (1993) algumas medidas são implementáveis para incremento da sustentabilidade segundo o viés ecológico, como a intensificação do uso dos recursos potenciais dos diversos ecossistemas, causando o mínimo de dano aos sistemas de sustentação de vida da biosfera; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos esgotáveis ou que causem danos profundos ao ambiente, substituindo-os por recursos renováveis, abundantes e

inofensivos; utilização de técnicas que promovam a conservação de energia e reciclagem de recursos, reduzindo a poluição e volume de resíduos; limitação do consumismo exacerbado pelas camadas privilegiadas; intensificação de pesquisa de tecnologias “limpas” que usem eficientemente os recursos em prol do desenvolvimento; e finalmente a definição de regras para promover uma adequada proteção ambiental.

Sustentabilidade espacial: Perspectiva voltada para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição dos assentamentos urbanos e das atividades econômicas. Fatores como concentração excessiva nas áreas metropolitanas; destruição de ecossistemas frágeis, que são vitalmente preponderantes; promoção de projetos de agricultura regenerativa e otimização do uso do solo, dando preferência a operação por pequenos produtores - que poderiam se utilizar de técnicas como a permacultura; e por fim a criação de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.

Sustentabilidade cultural/espiritual: inclui a procura de raízes endógenas nos processos de modernização e sistemas agrícolas integrados, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e espiritual, traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local. Essa dimensão garante o respeito e o apoio às manifestações de espiritualidade sob práticas, caminhos e formas diferentes, celebrando as conexões com o divino e incentivando as expressões da alma.” (JORGE, p. 23-24, 2008)

Na sua visão (Sachs), a sustentabilidade social assume uma posição prioritária, subordinando as demais, já que deve ser o objetivo do desenvolvimento e pela probabilidade de que um colapso social preceda uma catástrofe ambiental. As dimensões culturais e ambientais são consideradas uma decorrência, além da distribuição territorial mais equilibrada. Já a sustentabilidade econômica é vista como uma necessidade, mas não condição para a existência das demais, pois ela pode ser uma grande desestabilizadora das outras dimensões. Finalmente, Sachs aponta a sustentabilidade política nacional (no âmbito da governabilidade) e internacional, olhando-se o tema a partir da perspectiva da manutenção da paz.

Ecovilas

Nos países centrais, duas décadas após o fim da II Grande Guerra, o sistema capitalista atingiu um nível de potência material avançado, dando a impressão de que as promessas da Revolução Industrial estavam sendo plenamente cumpridas. O ‘american way of life’ difundiu-se pelos países ricos e em meio às elites burguesas dos países periféricos como a essência do projeto moderno. Porém, foi neste período, e nesses países, que surgiram movimentos contestatórios e libertários que visavam questionar todos os setores constituídos da sociedade da época: hábitos, idéias, corporeidade, organização política, estrutura produtiva e social, tecnologia. Nada escapou ao espírito inquieto e inconformista da época.

Muitas das expressões de rebeldia da época se davam como oposições ‘silenciosas’ ao estilo de vida proposto pelo consumismo. Nestes casos, a oposição se dava como forma de desapego, de experimentação e de busca de novos horizontes, muitas vezes, por meio de uma saída radical dos contextos em que viviam.

Hoje, as assim chamadas ecovilas são tipos de comunidades intencionais que tomaram como legado muitos dos ideais e das práticas comunitárias desenvolvidas ao longo da história, em especial das grandes experiências realizadas por grupos alternativos nos anos 60 e 70. Porém, enquanto conceito e experiências vividas.

“As Ecovilas são comunidades intencionais baseadas num modelo ecológico que focaliza a integração das questões culturais e socioeconômicas como parte de um processo de crescimento espiritual compartilhado. As diversas Ecovilas espalhadas no mundo possuem, em geral, um número de membros que pode variar entre 50 a 3000 pessoas, sendo normalmente gerenciada por um conselho responsável pela gestão participativa e a tomada de decisões que permeiam o desenvolvimento orgânico das atividades e projetos comunitários.” (BRAUN, p. 39, 2001)

Buscam acompanhar o debate que se desenvolveu no final do século passado em torno dos limites de esgotamento do sistema global, em função da possível exaustão da Natureza e de seus recursos, bem como dos fortes desníveis entre as sociedades.

Tendo se expandido para fora dos horizontes considerados ‘alternativos’, vêm se tornando experiências comunitárias mais institucionalizadas, abertas a um diálogo com a sociedade hegemônica.

De acordo com Dawson (2005), o conceito de ecovila foi primeiramente utilizado de forma ampla pelo movimento ativista alemão anti-nuclear, na década de 80. No entanto, ele é difundido internacionalmente pela primeira vez, em 1991, por Robert e Diane Gilman, por meio de um relatório, encomendado pela organização Gaia Trust da Dinamarca, intitulado “Ecovilas e Comunidades Sustentáveis”. Foi a partir de um encontro entre comunidades sustentáveis, em 1995, na Fundação Findhorn (Escócia), que ele foi melhor sistematizado e popularizado. Na ocasião, foi criada a Rede Global de Ecovilas (GEN – Global Ecovillages Network), dando maior visibilidade e dinâmica ao movimento. Este fato foi fundamental para a criação de um movimento das ecovilas, que fizesse frente aos desafios impostos à criação e expansão de experiências comunitárias em base sustentáveis.

Nas ecovilas, a sustentabilidade ambiental deve pressupor tanto mudanças de hábitos e ações de apoio à vida, quanto uma mentalidade aberta à sacralização da Natureza e da Terra e à visão de uma unidade cósmica que permeia todos os seres.

A forma de abordagem da sustentabilidade pelas ecovilas não se restringe apenas ao seu caráter ecológico ou ambiental, mas engloba uma visão que incorpora outras dimensões e uma nova ética de sociabilidade.

Considerações finais

Na busca da resolução do conflito aparente entre as atividades que envolvem a reprodução social e a necessidade de preservação da natureza, surge um terreno fértil para aplicação dos ideais de sustentabilidade das ecovilas.

É importante explicar que esse conflito na verdade é aparente, porque a visão ecológica que respalda a abordagem nos propõe a integração entre sociedade e natureza como partes de um todo mais abrangente. O homem, então, faz parte da natureza e não se encontra dissociado desta, e o meio ambiente é o campo, por excelência, das inter-relações entre sociedade e natureza na perspectiva da sustentabilidade.

Com relação à noção de sustentabilidade, os pesquisadores enfrentam o desafio de estarem lidando com um novo referencial, onde a sua contribuição é mais em nível prático, exigindo uma reflexão teórica mais consistente.

O crescente interesse com relação às ecovilas enquanto modelos de assentamentos humanos sustentáveis, não deve se distanciar de seus sentidos intencionais, políticos e éticos. A incorporação do discurso da sustentabilidade no

mundo globalizado da racionalidade industrial pode esconder o anseio latente de tudo transformar em objeto programado como produto para venda. Assim, pensar as ecovilas sob o ponto de vista da técnica-mercantil contemporânea pressupõe uma descaracterização, pois seria concebê-las como arquétipos capazes de serem reproduzidos em função de regras e interesses hegemônicos. Novas formas de territorialidades a serem mimetizadas como projetos ‘modernos’, capazes de dar respostas aos desequilíbrios atuais entre as sociedades e destas com a Natureza, para que o sistema continue.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. IN: BECKER, D. F. (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ANDRADE, M. C. de. **O desafio ecológico: utopia e realidade.** São Paulo, Editora HUCITEC, 1994.

BERRÍOS, M. R. Resíduos e desperdício. Presente confuso e futuro sombrio. IN: BERRÍOS, M. R. **Coletâneas de artigos e outros trabalhos sobre resíduos 1987-1993.** Departamento de Planejamento Regional, Universidade Estadual Paulista, IGCE, Rio Claro, 1994.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

BRAUN, R. **Desenvolvimento ao ponto sustentável: novos paradigmas ambientais.** Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

CALLENBACH, E.; CAPRA, F.; GOLDMAN, L.; LUTZ, R.; MALBURG, S. **Gerenciamento Ecológico: Ecomanagement.** São Paulo: Ed. Cultrix.

CURADO, F. F. **‘Esverdeando’ a reforma agrária: atores sociais e a sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais no estado de Goiás.** Dissertação de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, CDS, 2004.

DAWSON. J. **The ecovillage dream takes shape.** Disponível em: <http://www.gaia.org/mediafiles/gaia/resources/JDawson_EcovillageDream.pdf>. Acesso em: 20/07/2010.

FADINI, A. A. B. **Sustentabilidade e identidade local: pauta para um planejamento ambiental participativo em sub-bacias hidrográficas da região Bragantina.** Dissertação de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, IGCE, 2005.

-
- HELENE, M. E. M.; BICUDO, M. B. **Cenário Mundial: sociedades sustentáveis.** São Paulo: Editora Scipione, 1994.
- JORGE, M. A. P. **Sustentabilidade e desenvolvimento local: estudo de projeto na formação da ecovila viver simples em Itamonte – MG.** Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- LEIS, H. R. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania.** São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.
- MORAES, S. C. B. **Transformação de hábitos e sustentabilidade: a evolução de interpretantes na (auto) construção da cidade.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Marília, FFC, 2004.
- MORRIN, E. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001.
- OLIVEIRA, N.; CENTENO, C. V. **Desafios da construção de um plano de desenvolvimento sustentável participativo para assentamento em área de proteção ambiental: notas introdutórias de pesquisa.** Ensaio FEE, v. 23, n. 1, p. 285-300. Porto Alegre, 2002.
- ORSI, R. A. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade: o que o IDH e o IDHM podem nos mostrar?** Dissertação de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, IGCE, 2008.
- PROCÓPIO, A. Segurança humana, educação e sustentabilidade. IN: BURSZTYN, M. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século.** São Paulo: Cortez, 2001.
- RASSUL, E. V. da C. **Sustentabilidade em perspectiva: cumes da objetividade e da subjetividade.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, IB, 2005.
- ROSSETO, A. M. **Proposta de um sistema integrado de gestão do ambiente urbano (SIGAU) para o desenvolvimento sustentável de cidades.** Dissertação de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, PPGEP, 2003.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência Universal. 10ª ed. São Paulo: Record, 2003.